

Conde sabota retratação a religiões de matriz africana

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

“Fui mal interpretado por alguns, bem interpretado por outros e hostilizado por poucos, os quais perdoo”. Foi assim que o vereador pastor Roberto Conde (PRB) “se retratou” com a comunidade que segue religiões de matriz africana na sessão ordinária desta terça (10) da Câmara de Jundiá.

A fala veio após o resultado da ação civil pública requerida ao Ministério Público por três advogados da associação Uni Terreiros contra o vereador. Uma ação também foi protocolada na Comissão de Ética da Casa, mas em nada resultou.

A entidade viu quebra de decoro parlamentar e intolerância religiosa por parte de Conde quando, na sessão do dia 14 de novembro de 2017, a Câmara homenageou as religiões de matriz africana e o parlamentar postou fotos do momento em suas redes sociais com a legenda “Povo de Deus vamos orar por Jundiá, agora mesmo na Câmara Municipal de Jundiá, vários pais e mães de Santo”. A publicação foi deletada pouco tempo depois. “Retirei a mensagem objeto de má interpretação justamente para reafirmar



Pais e mães de santo e outros simpatizantes das religiões de matriz africana lotaram o plenário da Câmara de Jundiá

minha postura de tolerância”, justificou na noite de ontem.

Conde ainda afirmou que a postagem foi feita “em tom elogioso e buscando orientar a minha comunidade de ações tão importantes. Verbalizei a meus companheiros vereado-

res da capacidade de organização e união da entidade religiosa homenageada”. No entanto, o parlamentar pouco assistiu à condecoração feita em novembro, visto que se ausentou durante quase todo o período de homenagem.

Pouco tempo antes do “pedido de desculpas”, a sessão foi suspensa para ouvir o presidente da Uni Terreiros, Babakekerê Gihad Ahmid Abou Abbas, um dos advogados que entrou com a ação. Ele foi chamado à Tribuna durante a discussão do PL

12.423, inserido na ordem do dia após pedido de urgência. A proposta inclui no calendário municipal o Dia das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé, no dia 30 de setembro.

“O respeito da Casa Legislativa pelas religiões de matriz africana tem crescido e se mostrado indispensável para todos nós”, afirmou. “Estamos estreitando nosso diálogo com o poder público para levar informação sobre o que cultuamos.”

ORDEM DO DIA

Os projetos da pauta, em si, geraram pouca discussão. O projeto de lei complementar de Dika Xique-Xique (PR), que queria exigir redes de proteção em prédios e prometia ser o mais polêmico da noite, foi adiado para 23 de outubro. O PL 12.157, que prevê entrega de medicamentos em domicílio, também ficou para o dia 11 de setembro.

Foram aprovados, sem debate, o PL 12.551, que cria mais um cargo de procurador jurídico na Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS); e o PL 12.575, que modifica o prazo para a obra do Parque Tecnológico e registra a doação de um imóvel para o projeto.